

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 24. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: .....	"Art. 24. .... .....
§ 1º Em Municípios acima de <b>20.000 (vinte mil)</b> habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores <b>ou neles inserido</b> . .....	§ 1º Em Municípios <b>com mais</b> de <b>^</b> vinte mil <b>^</b> habitantes e em todos <b>aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes</b> , deverá ser elaborado e <b>aprovado</b> o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os <b>seus planos diretores ^ e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana</b> . .....
	§ 4º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e <b>aprovado até 12 de abril de 2021</b> . .....
	§ 7º A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, nos termos do disposto no § 4º, será informada à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional.
§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana <b>até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de 7 (sete) anos de sua entrada em vigor para elaborá-lo, findo o qual</b> ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência desta Lei.	§ 8º <b>Encerrado o prazo estabelecido no § 4º, os Municípios que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana ^ ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados à Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional até que seja cumprida a exigência prevista nesta Lei, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.</b> " (NR)
<a href="#">Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012</a>	<b>Art. 2º</b> Fica revogado o § 3º do art. 24 da <a href="#">Lei nº 12.587, de 2012</a> .
Art. 24. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: .....	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser compatibilizado com o plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 6 (seis) anos da entrada em vigor desta Lei.	
	<b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação